

W.G. Sebald

Campo Santo

Tradução de Telma Costa

Pequena excursão a Ajácio



EM SETEMBRO DO ANO PASSADO, durante umas férias de duas semanas na ilha da Córsega, fui um dia, numa camioneta de carreira azul, ao longo da costa oeste até Ajácio para passar algum tempo a visitar a cidade da qual nada sabia a não ser que era o lugar onde o imperador Napoleão tinha vindo ao mundo. Estava um belo dia soalheiro, os ramos das palmeiras na Place Maréchal Foch agitavam-se levemente com a brisa vinda do mar, no porto erguia-se como um icebergue um grande navio de cruzeiros branco e eu fui andando pelas ruelas com uma sensação de ser livre e solteiro, entrando de vez em quando num dos portais em forma de túnel para ler, com certa devoção, os nomes dos moradores desconhecidos nas caixas de correio metálicas, e procurava imaginar como seria, se eu vivesse num desses castelos de pedra, ocupar-me até ao fim da vida em nada mais que o estudo do tempo que passou e que passa. Mas, como nenhum de nós pode realmente viver apenas para si e todos temos que ter um plano mais ou menos significativo, em breve o par de anos livres de quaisquer deveres foi suplantado, no quadro dos meus desejos, pela necessidade de preencher de algum modo a tarde, e assim dei comigo, sem saber como, na sala de entrada do Musée Fesch, de bloco-notas, lápis e um bilhete na mão.

Joseph Fesch era, como mais tarde vim a saber pelo meu velho *Guide Bleu*, filho do segundo casamento tardio da mãe de Letizia Bonaparte com um oficial do exército suíço ao serviço dos

genoveses, sendo portanto tio de Napoleão por afinidade. No princípio da sua carreira eclesiástica ocupou um cargo menor em Ajácio. Contudo, depois de o sobrinho ter nomeado arcebispo de Lyon e plenipotenciário junto da Santa Sé, veio a tornar-se um dos mais insaciáveis colecionadores de arte do seu tempo, tempo esse em que o mercado estava, no verdadeiro sentido da palavra, a abarrotar de pinturas e artefactos tirados de igrejas, conventos e palácios durante a *Révolution*, comprados a *émigrés* e apanhados no saque de cidades holandesas e italianas.

A intenção de Fesch foi nada menos que documentar todo o percurso histórico da arte europeia na sua coleção particular. Não se sabe quantos quadros teve na realidade, mas deviam andar por volta dos trinta mil. Entre aqueles que, após a sua morte em 1838 e diversas manobras de Joseph Bonaparte na execução do testamento, seguiram para o museu construído para o efeito em Ajácio, contam-se uma *Madona* de Cosimo Tura, a *Virgem da Grinalda* de Botticelli, a *Natureza-Morta com Tapete Turco* de Pier Francesco Cittadini, *Pomar com Papagaio* de Spadino, *O Homem da Luva* de Ticiano e outros quadros maravilhosos.

Pareceu-me naquela tarde que o mais belo de todos era um quadro de Pietro Paolini, pintor que viveu e trabalhou em Lucca no século XVII. Representa, sobre um fundo muito escuro que somente do lado esquerdo dá lugar a um castanho carregado, uma mulher dos seus trinta anos. Tem uns olhos grandes melancólicos e um vestido da cor da noite que nem um só indício destaca do ambiente sombrio, logo, é invisível, mas no entanto está presente em cada uma das suas pregas e rugas. Do seu pescoço pende uma fiada de pérolas. Com o braço direito enlaça, num gesto protetor, a filha pequena, em pé, à sua frente, voltada para a margem do quadro, mas o seu rosto sério onde brilham lágrimas mal enxutas olha em frente, numa espécie de mudo desafio. A menina tem um vestido vermelho-tijolo, e também vestido de vermelho está o boneco, um soldado que não chega a ter três polegadas de altura, que ela nos mostra, seja em memória do seu pai chamado para a guerra, seja para afugentar o mau-olhado. Fiquei muito tempo diante

deste duplo retrato vendo nele, como na altura pensei, a negação de toda a insondável desventura do viver.

Antes de abandonar o museu ainda fui às caves, onde se expõe uma coleção de peças napoleónicas evocativas e votivas. Aí se encontram objetos adornados com a cabeça e as iniciais de Napoleão, abre-cartas, sinetes, canivetes, caixas para tabaco e rapé, miniaturas de toda a família e da maior parte dos descendentes, silhuetas e medalhões em *biscuit*, um ovo de avestruz pintado com uma cena egípcia, pratos de faiança profusamente coloridos, chávenas de porcelana, bustos de gesso, figuras de alabastro, um bronze com Bonaparte montado num dromedário e, sob uma redoma quase da altura de uma pessoa, uma farda roída pelas traças, uma espécie de fraque, debruada a vermelho e com doze botões de latão – *l'habit d'un colonel des Chasseurs de la Garde, que porta Napoléon I^{er}*.

Veem-se ainda muitas estatuetas do imperador esculpidas em pedra-sabão ou marfim que o mostram nas posições do costume e que, começando nos dez centímetros de altura, se vão tornando cada vez mais pequenas até que a mais diminuta mais não parece que um ponto, símbolo, talvez, do ponto de fuga da História humana. Uma destas minúsculas figuras exhibe Napoleão depois de abdicar *sur le rocher de l'île de Sainte-Hélène*. Pouco maior que uma ervilha, está sentado, de capote e chapéu de três bicos, numa cadeirinha colocada sobre um fragmento de tufo autenticamente oriundo do seu lugar de exílio e olha para longe com o sobrolho franzido. Por certo não se terá sentido bem ali, no meio do Atlântico vazio, devia faltar-lhe a animação da sua vida passada, sobretudo atendendo a que não podia contar sequer com os poucos fiéis que ainda o rodeavam na sua solidão.

Pelo menos, é o que se pode concluir de um artigo publicado no *Corse-Matin* do dia em que visitei o Musée Fesch, no qual um certo Professor René Maury afirmava que o estudo de alguns cabelos do imperador realizado nos laboratórios do FBI atestava sem sombra de dúvida *que Napoléon a lentement été empoisonné à l'arsenic à Sainte-Hélène, entre 1817 et 1821, par l'un de ses*

compagnons d'exil, le comte de Montholon, sur l'instigation de sa femme Albine qui était devenue la maîtresse de l'empereur et s'est trouvée enceinte de lui. Não sei bem o que pensar destas histórias. O mito napoleónico tem realmente dado origem às mais espantosas histórias, sempre reputadas como assentes em factos irrefutáveis. Kafka, por exemplo, conta que a 11 de novembro de 1911 assistiu a uma *conférence* subordinada ao tema «La Légende de Napoléon», no Rudolphinum, em que um tal Richepin, cinquentão encorpado de bela figura, cabelo ondulado largo no estilo Daudet, bem colado à cabeça, dissera, entre outras coisas, que antigamente costumavam abrir o túmulo de Napoleão uma vez por ano para que os *Invalides* pudessem desfilarem contemplando o imperador embalsamado. Mas depois o rosto foi ficando esverdeado e manchado e interromperam o costume da abertura anual do túmulo. Segundo Kafka, o próprio Richepin vira o imperador morto, em criança, ao colo do seu tio-avô que fora militar em África e para o qual o comandante mandara abrir propositadamente o túmulo. A entrada do diário de Kafka prossegue dizendo que, a concluir a *conférence*, o orador jurou que mesmo dali a mil anos cada partícula de pó do seu cadáver, se tivesse consciência, estaria pronta a responder à chamada de Napoleão.

Depois de sair do museu do cardeal Fesch estive algum tempo sentado num banco de pedra na Place Letizia que na realidade é apenas um pequeno jardim inscrito entre prédios altos onde algumas árvores, eucaliptos e loendros, palmeiras-de-leque, loureiros e muratas, formam um oásis no meio da cidade. Um gradeamento de ferro separa este jardim da calçada e o outro lado é dominado pela fachada branca da Casa Bonaparte. A bandeira da República pende sobre o portal por onde uma torrente mais ou menos contínua de visitantes entra e sai. Holandeses e alemães, belgas e franceses, austríacos e italianos e, a certa altura, um grupo inteiro de japoneses idosos e aparência muito distinta. A maior parte deles já se tinham dispersado, a tarde chegava ao fim quando entrei finalmente na casa. O átrio pouco iluminado estava deserto. O lugar onde cobravam ingressos parecia vazio. Só quando

cheguei mesmo em frente da caixa e já ia a pegar num dos postais ilustrados lá expostos vi uma mulher jovem sentada, quase se poderia dizer deitada, numa cadeira de escritório de couro preto com as costas inclinadas para trás.

Para a ver tive praticamente que me apoiar na aresta do balcão e este gesto de baixar os olhos para ver a funcionária da bilheteira da Casa Bonaparte, provavelmente apenas cansada de muito estar em pé e um pouco ensonada, foi um desses momentos longamente dilatados de que muitas vezes nos lembramos passados anos. Quando se levantou, a caixeira revelou-se uma senhora de proporções imponentes. Fácil imaginá-la num teatro de ópera, exausta pelo drama da sua vida, cantando «Lasciate mi morir» ou outra ária terminal. Mas muito mais curioso do que o seu aspeto de diva era a sua aparência, que só um segundo olhar detetava e era tanto mais desconcertante por isso, com o imperador francês de cuja casa era zeladora.

Tinha a mesma cara redonda, os mesmos olhos grandes marcadamente salientes, o mesmo cabelo baço caindo sobre a testa. Quando me entregou o bilhete de ingresso e reparou que não tirava os olhos dela, sorriu-me com indulgência e disse-me, com uma voz absolutamente sedutora, que a visita à casa começava no segundo andar. Subi a escada de mármore preto e não me admirei de ver, no patamar superior, outra funcionária que parecia também de ascendência napoleónica, ou então fazia-me lembrar Masséna, ou Mack, ou outro dos lendários generais franceses, talvez porque sempre os imaginara de uma raça de heróis anões.

É que a funcionária que me esperava ao cimo das escadas era de estatura exceccionalmente baixa, característica ainda mais acentuada pelo pescoço curto e braços tão pequenos que mal lhe chegavam às ancas. Ainda por cima estava vestida com as três cores da bandeira, uma saia azul, uma blusa branca e a cintura marcada por um cinto vermelho a que uma pesada fivela de metal brilhante dava um aspeto um tanto militar. Quando cheguei ao último degrau a marechala afastou-se para o lado, deu meia-volta e disse *Bonjour, Monsieur*, e com isso, mais um sorriso levemente irónico,

queria significar que sabia muito mais do que eu imaginava. Algo consternado pelo encontro, para mim inexplicável, com estas duas representantes do passado, fui durante algum tempo percorrendo as salas sem destino, desci ao primeiro andar e depois voltei a subir ao segundo. Só pouco a pouco as instalações e os objetos expostos iam ganhando sentido.

No geral, tudo estava ainda tal como Flaubert o descreveu no seu relato da viagem à Córsega: salas antes modestas mobiladas ao estilo da República; uns quantos candelabros e espelhos de vidro veneziano, os segundos já com manchas e baços; uma suave semiobscuridade, tal como no tempo em que Flaubert esteve aqui, pois as portadas das janelas altas estavam abertas, embora estivessem corridas as persianas verde-escuro. A luz do Sol formava riscas brancas no chão de carvalho. Era como se nem uma hora tivesse passado desde então. Das coisas mencionadas por Flaubert, somente a capa imperial com abelhas douradas que ele vira reluzir no *chiaroscuro* já não estava lá. Ainda havia nos expositores documentos de família, redigidos com belas letras bem lançadas, as duas caçadeiras de Carlo Bonaparte, um par de pistolas e um florete.

Pendurados nas paredes havia camafeus e outras miniaturas, uma série de gravuras em metal das batalhas de Friedland, Marengo e Austerlitz, bem como uma árvore genealógica da família Bonaparte numa pesada moldura folheada a ouro diante da qual enfim me detive. Contra um fundo azul-céu erguia-se da terra castanha um enorme carvalho e dos seus ramos e hastes pendiam umas nuvenzinhas recortadas em papel onde estavam inscritos os nomes e datas de todos os membros da casa imperial e de napoleónicos mais tardios. Todos estavam ali reunidos, o rei de Nápoles, o rei de Roma e o rei da Vestefália, Maria Ana Elisa, Maria Anunciada e Maria Paulina, a mais alegre e bela das sete irmãs, o pobre duque de Reichstadt, o ornitólogo e ictiologista Carlos Luciano, Plon-Plon, filho de Jerónimo, e Matilde Letícia, sua filha, Napoleão III com o seu bigode revirado, os Bonapartes de Baltimore e muitos outros mais.

Sem que eu tivesse reparado, a marechala Ney, convocada talvez pela visível emoção perante esta obra de arte genealógica, chegou junto de mim e disse, num murmúrio reverente, que aquela *création unique* tinha sido executada por volta do final do século anterior pela filha de um notário de Corte, grande admiradora de Napoleão. As folhas e inflorescências dispostas com algumas borboletas na parte inferior do quadro, disse a marechala, eram plantas secas verdadeiras do *maquis*, malvas, mirtos e rosmaninho, e o tronco de árvore escuro e sinuoso que saía em relevo do fundo azul era uma trança do próprio cabelo da rapariga que, por venerar o imperador ou por amor ao seu pai, ela terá levado infindáveis horas a elaborar.

Fui ouvindo atentamente estas explicações e ainda ali permaneci muito tempo antes de me voltar, sair da sala e descer ao primeiro andar, onde a família Bonaparte tinha vivido a seguir à sua chegada a Ajácio. Carlo Bonaparte, o pai de Napoleão, que tinha sido secretário de Pasquale Paoli, mudara-se para a costa, por uma questão de segurança, após a derrota dos patriotas em Corte, nessa luta desigual com as tropas francesas. Com Letícia, então grávida de Napoleão, atravessou os montes agrestes e as ravinas do interior da ilha e eu imaginei duas figuras minúsculas montadas em mulas, naquele panorama esmagador, ou isoladas, junto a uma fogueira na noite escura, deviam parecer Maria e José numa das muitas descrições da fuga para o Egito que chegaram até nós. De qualquer modo, se invocarmos a teoria das experiências pré-natais, esta viagem dramática explica muito do carácter do futuro imperador, quanto mais não seja o facto de sempre ter feito tudo com uma certa precipitação, mesmo tratando-se do seu próprio nascimento, pois foi tal a sua pressa que Letícia não conseguiu chegar a uma cama e teve que o trazer ao mundo num sofá do quarto chamado amarelo.

Graças talvez à permanência na sua memória das circunstâncias notáveis que marcaram o início da sua vida, Napoleão deu mais tarde de presente à sua muito querida mãe um presépio feito de marfim, de gosto algo duvidoso, que ainda hoje se pode ver na

Casa Bonaparte. Ao longo das décadas de 1770 e 1780, enquanto se fazia a adaptação ao novo regime, Letícia e Carlo por certo não sonhavam que as crianças que todos os dias se sentavam com eles à mesa do jantar ascenderiam ao estatuto dos reis e rainhas e que precisamente a mais provocadora delas, sempre à bulha em lutas de rua, Ribulione, usaria a coroa de um reino imenso que se estenderia por quase toda a Europa.

Mas que sabemos nós do rumo da História, que se desenrola segundo uma lei que a lógica não compreende, que se move e muda de direção no seu movimento, muitas vezes num momento decisivo, por causa de minudências imponderáveis, por uma mera corrente de ar quase imperceptível, uma folha que cai no chão, uma troca de olhares no meio de um grande ajuntamento! Mesmo em retrospectiva, não podemos saber como era realmente antes e como surgiu este ou aquele acontecimento mundial. O mais rigoroso estudo do passado não chega mais perto dessa verdade que a imaginação não atinge do que, por exemplo, a disparatada afirmação que uma vez ouvi a um tal Alfonse Huyghens, diletante que vivia na capital da Bélgica e há décadas se dedicava a investigar Napoleão, segundo o qual todas as convulsões causadas nos países e reinos da Europa pelo imperador dos franceses se deviam somente ao seu daltonismo que o impedia de distinguir o vermelho do verde. Quanto mais sangue corresse no campo de batalha, disse-me o investigador belga, mais verdes lhe pareciam os campos.

Ao fim da tarde passei pelo Cours Napoléon e depois estive duas horas num pequeno restaurante perto da Gare Maritime, com vista para o navio de cruzeiro branco. Ao café estudei os anúncios no jornal local e pensei em ir ao cinema. Gosto de ir ao cinema em cidades estrangeiras. Mas nem *A Lei de Dredd* no Empire, nem *Maré Vermelha* no Bonaparte, nem *Enquanto Dormias* no Laetitia me pareceram adequados para finalizar o dia. Regressei, pois, por volta das dez horas ao hotel onde tinha marcado alojamento ao fim da manhã. Abri as janelas de par em par e fiquei a olhar para os telhados da cidade. O trânsito ainda circulava nas

ruas, mas de repente tudo ficou em silêncio, só por uns segundos, e então uma dessas bombas que com frequência rebentam na Córsega explodiu com um estrondo breve, seco, nitidamente a poucas ruas de distância. Deitei-me e em breve adormeci, com o som das sirenes dos bombeiros nos ouvidos.

Campo Santo



O MEU PRIMEIRO PASSEIO NO DIA SEGUINTE à chegada a Piana levou-me para fora da povoação, por uma rua que começava logo a descer numas curvas, esquinas e ziguezagues medonhos, ladeando precipícios rochosos quase verticais densamente revestidos de mato verde, quase até à base da ravina que, umas centenas de metros mais abaixo, se abria para a enseada de Ficajola. Lá no fundo, no sítio onde, já com o pós-guerra muito adiantado, continuava a viver uma comunidade de uns doze pescadores em habitações feitas de calhaus acumulados de forma desordenada, cobertas com chapa ondulada, algumas hoje já com portas e janelas entaipadas, passei metade da tarde, juntamente com veraneantes vindos de Marselha, Munique ou Milão ali instalados com as suas vitualhas e diversos objetos de utilidade, aos pares ou em família, a certa distância uns dos outros; fiquei muito tempo deitado, sem me mexer, junto ao pequeno regato cuja água irrequieta ainda agora, no fim do verão, corre sem descanso descendo os últimos degraus de granito do fundo do vale, com um marulhar que eu conhecia de um qualquer passado, para ir entregar silenciosamente a alma na praia e se perder. Observei uma quantidade incrível de andorinhas-das-barreiras desenhando círculos por cima dos penhascos cor de fogo, do lado da luz para a sombra e da sombra de novo para a luz, e a certa altura dessa tarde que para mim se encheu de uma sensação de liberdade, nadei para o largo com espantosa leveza, tão longe que pensei que podia simplesmente deixar-me ir à deriva, entrar

no ocaso e depois na noite. Mas assim que, obedecendo ao estranho instinto que nos prende à vida, me volvei e tomei a direção de terra que, de longe, parecia um continente desconhecido, nadar foi-se tornando mais cansativo a cada braçada e na verdade não era como se trabalhasse contra a corrente que antes me levara; não, mais me parecia estar a subir uma encosta, se é que isto se pode dizer de uma extensão de água. A vista que tinha diante dos olhos parecia ter saído da moldura, inclinar-se para mim, balouçando e tremeluzindo por si, a aresta superior da moldura entortada uns graus na minha direção e a aresta inferior afastada de mim na mesma medida. Por vezes foi como se o que tinha na minha frente não fosse uma perspectiva do mundo real, mas a reprodução de uma debilidade interna que se tornara invencível, virada do avesso e trespassada de nódoas azul-escuras. Mais difícil ainda do que alcançar a praia foi depois subir a rua sinuosa e os troços pouco frequentados que aqui e além ligam em linha reta uma curva a outra. Embora só vagarosamente e com todo o cuidado fosse avançando um pé à frente do outro, o calor da tarde guardado entre os muros de pedra em pouco tempo fez correr suor da minha testa e no meu pescoço pulsar o sangue, como pulsava na garganta dos lagartos pousados, hirtos de medo, ao longo de todo o meu caminho. Precisei de uma boa meia hora para chegar ao cimo de Piana, mas uma vez lá pude caminhar como que sem peso, como alguém que dominasse a arte da levitação, entre as casas e jardins mais exteriores e ao longo do muro do talhão de terra onde as habitantes da povoação enterravam os seus mortos. Assim que passei um portão de ferro que rangia nos gonzos, revelou-se-me um desses lugares desolados que em França não são nada raros e que dão mais a impressão de pertencerem à administração local e se destinarem à remoção profana de resíduos da sociedade humana do que de antecâmara da vida eterna. Muitas das sepulturas dispostas desordenadamente, com o alinhamento interrompido ou ligeiramente deslocado, estavam já enterradas no solo e em parte sobrepostas por outras chegadas mais tarde. Inseguro e com aquela relutância que as pessoas continuam a sentir quando se aproximam muito

dos mortos, passei por cima de socos e cercaduras, lápides fora do sítio, pedras caídas, um crucifixo tombado da sua peanha e desfigurado pelas manchas de ferrugem, uma urna de chumbo, a mão de um anjo – pedaços silenciosos de uma cidade abandonada há anos e nem um arbusto ou uma árvore que estendesse a sua sombra, não havia tuias ou ciprestes como os que tantas vezes são plantados nos cemitérios dos países do Sul por uma questão de conforto ou em sinal de luto. À primeira vista pareceu-me que naquele campo dos mortos de Piana a única coisa evocativa dessa natureza que sempre esperamos que continue para além do nosso fim eram as flores artificiais roxas, lilases e cor de rosa, nitidamente impingidas aos seus clientes pelos cangalheiros franceses, feitas de seda ou tule de náilon, de porcelana pintada a cores ou de arame e metal, que, em vez de representarem um sinal de afeto duradouro, antes davam uma prova segura de que só oferecemos aos nossos mortos os sucedâneos mais baratos da multifacetada beleza da vida, a despeito das afirmações em contrário. Só quando olhei melhor à minha volta reparei nas ervas – ervilhas-de-cheiro, tomilho, trevo-rasteiro, milfolhada e camomila, aveia-amarela, trigo-negro e muitas outras ervas que não conhecia, crescendo em redor das pedras, verdadeiros herbários e paisagens miniaturais, ainda verdes mas já meio-mortas, muito mais bonitas, pensei, do que as plantas ornamentais vendidas pelos floristas dos cemitérios alemães, que geralmente consistem em urzes, coníferas-anãs e amores-perfeitos, colocadas num solo negro-fuligem impecável, em filas rigorosamente geométricas, ainda desagradavelmente inscritas na minha memória desde a infância e juventude passadas no sopé dos Alpes e já tão distantes. Mas no cemitério de Piana, entre os finos caules das flores, os talos e as espigas, aqui e além espreitava de um desses retratos sépia em molduras douradas que até aos anos 60 era costume, nos países latinos, colocar nas sepulturas: um hussardo louro com o seu dólmen de gola alta, uma rapariga falecida aos dezanove anos, o rosto quase apagado pelo sol e pela chuva, um homem de pescoço curto com um grosso nó de gravata, funcionário colonial em Oran até 1958, um soldadinho,

bivaque à banda na cabeça, regressado, gravemente ferido, da defesa inútil do forte de Dien Bien Phu, na selva. Em muitos sítios as ervas cobriam já as lajes votivas de mármore polido nas sepulturas mais recentes, a maior parte delas apenas com uma inscrição lacónica, *Regrets* ou *Regrets éternels*, em letras bem desenhadas que se diriam até copiadas por uma criança de um manual de caligrafia. *Regrets éternels*: como quase todas as expressões com que exprimimos os nossos sentimentos para com os que se foram antes de nós, esta não é isenta de ambiguidades, pois não somente limita a manifestação do eterno desgosto dos que ficaram ao mínimo absoluto como, se pensarmos bem, quase passa por uma admissão de culpa, um pedido de indulgência relutante àqueles que baixaram à terra antes do tempo. Livres de ambiguidades e nítidos só vi mesmo os nomes dos próprios mortos, não poucos dos quais, tanto no significado como na sonoridade, eram perfeitos, como se aqueles que os usaram em vida tivessem sido santos ou mensageiros de um mundo distante inventado pelos nossos melhores anseios. Contudo, também eles, os que se chamaram Gregorio Grimaldi, Angelina Bonavita, Natale Nicoli, Santo Santini, Serafino Fontana ou Archangelo Casabianca, por certo não terão sido imunes à maldade humana, sua ou de outrem. À medida que ia seguindo por entre as sepulturas emergia gradualmente uma outra característica da disposição do cemitério de Piana, a saber, que os mortos eram enterrados por clãs, de modo que os Ceccaldi ficavam junto dos Ceccaldi e os Quilichini junto dos Quilichini, mas esta velha ordem, estabelecida com base em não mais de uma dúzia de nomes, vinha sendo forçada há já algum tempo a dar lugar à ordem da vida cívica moderna, em que todos estão sós e no fim cabe a cada qual um lugar apenas para si e para os seus parentes mais chegados, correspondente tão rigorosamente quanto possível ao volume dos seus bens ou à profundidade da sua pobreza. Se quisermos falar da arquitetura funerária ostentatória reinante nas pequenas comunidades corsas vamos encontrar, mesmo num cemitério pequeno como o de Piana, uns quantos jazigos adornados de frontões, que alojam os mais prósperos. O estrato imediatamente inferior

está representado por gavetões em forma de sarcófago feitos de granito ou de placas de betão, conforme as posses do respetivo ocupante. Para os mortos ainda mais abaixo há lajes de pedra pousadas diretamente no solo. E aqueles que não tiveram meios sequer para uma dessas pedras têm de se contentar com saibro, turquesa ou rosado, que uma estreita cercadura contém, enquanto os muito pobres têm somente uma cruz de ferro enterrada na terra nua ou um crucifixo tosco feito de tubo de canalizações, talvez pintado a imitar bronze ou com um cordão dourado em volta. Deste modo o cemitério de Piana, uma povoação onde até há pouco tempo só vivia gente mais ou menos pobre, já não difere das necrópoles das nossas grandes cidades, onde se exprime a divisão desigual das riquezas terrenas em todos os graus da hierarquia social. As pedras maiores são normalmente colocadas sobre as sepulturas dos mais ricos, pois é de temer que invejem a herança aos descendentes e tentem recuperar o que perderam. Os pesados blocos colocados sobre eles por segurança são, naturalmente, com uma astúcia ilusória, disfarçados de monumentos de uma profunda veneração. É significativo que seja desnecessário fazer tal despesa quando desaparece um dos nossos irmãos mais humildes que à hora da morte, provavelmente, não tem mais nada a que possa chamar seu além do fato que o amortalhou, pelo menos foi o que pensei enquanto, das filas de sepulturas mais altas, contemplava o cemitério de Piana e as coroas prateadas das oliveiras para lá do muro, até ao golfo de Porto que reluzia ao longe. O que mais me intrigou neste lugar de repouso dos mortos foi o facto de nenhuma das inscrições funerárias datar de há mais de sessenta ou setenta anos. A razão para tal, descobri-a uns meses mais tarde numa dessas curiosas situações corsas de rixas de sangue e banditismo, referida no que em muitos aspetos considero um estudo modelar, aquele em que Stephen Wilson, meu colega em Cambridge, apresenta ao leitor, com extremo cuidado, clareza e contenção, o material que reuniu em muitos anos de pesquisa. A ausência de datas de óbitos que remontassem ao menos ao início do século XX não se devia, como primeiro suspeitara, à prática, que entretanto se

tornou habitual, de sucessivo abandono das sepulturas, nem tão-pouco se explica pela existência de um lugar de enterramento anterior em Piana, antes tinha o seu fundamento no facto de os cemitérios na Córsega só terem sido reconhecidos oficialmente nos meados do século XIX e ainda terem levado mais tempo a ser aceites pela população. Por exemplo, num relato datado de 1893 lê-se que mais ninguém usava o cemitério da cidade de Ajácio a não ser os pobres e os protestantes, os chamados *luterani*. Tudo indica que aqueles que ficaram não queriam ou não se atreviam a retirar um morto que possuísse um pedaço de terra da sua propriedade hereditária. Na Córsega, durante séculos a sepultura habitual na terra herdada dos antepassados do morto assemelhava-se a um contrato, comprovativo do direito inalienável sobre a terra, entre o morto e a sua descendência, tacitamente renovado de geração para geração. Por toda a parte, *da paese a paese*, encontram-se por isso pequenas moradas dos mortos, câmaras funerárias e mausoléus, aqui debaixo de um castanheiro, ali num olival cheio de jogos de luz e sombra, num campo de abóboras, numa seara ou num declive bem lavrado, coberto de endro. Nesses sítios, que não raro são particularmente bonitos e têm boa vista para o território daquela família, para a aldeia e para o resto da região, os mortos estavam por assim dizer em casa, não eram mandados para o exílio, e podiam continuar a vigiar os limites da sua propriedade. Numa fonte que já não consigo recordar li também que muitas das mulheres cor-sas mais velhas, concluído o trabalho diário, tinham o costume de ir até à morada dos mortos ouvi-los e discutir com eles o amanhã da terra e outras questões relativas ao correto governo da vida. Durante muito tempo, aqueles que não possuíam terra – pastores, jornaleiros, trabalhadores rurais italianos e outros pobres-diabos – eram, quando morriam, metidos num simples saco cosido e atirados para uma vala que depois era fechada com uma tampa. Este cemitério comunitário, onde os cadáveres com certeza ficavam todos à mistura como couves e nabos, chamava-se *arca* e em muitos lugares era uma casa de pedra sem janelas nem portas para onde os mortos entravam mediante um buraco na cobertura aonde se

chegava subindo uma escada rente à parede. E em Campodonico, perto de Orezza, refere Stephen Wilson, os que não tinham terra eram simplesmente lançados numa ravina, prática que o bandido Muzzarettu, que morreu em 1952 aos oitenta e cinco anos, dizia ser ainda corrente quando morava em Grossa. Mas este costume, ditado tanto pela divisão da propriedade como pela ordem social, de modo nenhum implica desconsideração ou desprezo pelos mortos mais pobres. Tanto quanto os meios o permitissem, também eles recebiam sinais de respeito. Os ritos funerários corsos eram, por princípio, extremamente elaborados e tinham um carácter de alto dramatismo. Fechavam-se portas e janelas da casa visitada pelo infortúnio e por vezes pintavam toda a fachada de preto. O cadáver, lavado e vestido com roupa limpa, ou então, no caso de uma morte violenta, deixado no seu estado ensanguentado, era exposto na sala que por vezes era menos uma divisão da casa usada pelos vivos do que o domínio dos membros falecidos da família, os chamados *antichi* ou *antinati*. Era aí que os vivos penduravam nas paredes, depois da invenção da fotografia que, no fundo, mais não é que a materialização de aparições fantasmagóricas por meio de uma arte mágica muito duvidosa, retratos dos pais, dos avós e parentes mais distantes ou mais chegados que, apesar de, ou por causa de, já não se encontrarem entre os vivos, eram considerados os verdadeiros chefes da estirpe. Decorria sob o seu olhar impoluto o velório, durante o qual as mulheres, noutras circunstâncias sentenciadas ao silêncio, desempenham os principais papéis, entoam lamentações e gritam a noite inteira e, especialmente quando se trata de um assassinado, arrepelam os cabelos e arranham a cara como as Fúrias de antigamente, dando todos os sinais de estarem em absoluto fora de si de raiva e de dor, enquanto os homens ficam no portal escuro da casa ou nas escadas e batem no chão com as coronhas das suas espingardas. Stephen Wilson salienta que as testemunhas presentes nesses velórios, no século XIX e até ao período entre guerras, achavam notável que as carpideiras, ao mesmo tempo que iam evoluindo para um estado semelhante ao transe, eram tomadas por tonturas e caíam desmaiadas,

dessem a impressão de não serem vencidas por uma verdadeira emoção. Muitos relatos, diz Wilson, falam até de uma acentuada ausência de sentimentos, de uma rigidez em que a carpideira, mesmo que a voz suba convulsivamente oitavas na sua estridente paixão, não solta uma lágrima. Perante este autocontrole na aparência gélido, alguns comentadores inclinam-se para a ideia de que os cantos lamentosos das *voceratrici* são um ato vazio, um espetáculo exigido pela tradição, ideia que tem mais cabimento se observarmos que só para reunir um coro de carpideiras é preciso uma considerável porção de preparativos e uma direção racional do próprio canto. Na verdade, não há qualquer contradição entre esta espécie de calculismo e um desgosto genuíno que de facto põe as enlutadas fora de si, pois a oscilação entre a expressão da dor profundamente sentida, semelhante a um ataque de asfixia, e a manipulação esteticamente, astuciosamente, até, modulada do público a quem é mostrado esse desgosto tem sido talvez a característica mais significativa da nossa conturbada espécie em todas as fases da civilização. Na literatura antropológica, em Frazer, Hui-zinga, Eliade, Lévi-Strauss e Bilz, há muitas referências ao modo como os membros das velhas culturas tribais, quando celebram os seus ritos de iniciação ou sacrifício, mantêm sempre uma consciência precisa de que os extremos compulsivos a que chegam e que acarretam sempre a infligência de ferimentos e mutilação e ainda que por vezes se aproximem da morte, são apenas representação. Também as pessoas em condições psicológicas difíceis têm algures no mais íntimo do seu coração a ideia clara de entrarem de corpo e alma numa peça escrita. Além disso, o estado patológico, de colapso total e ao mesmo tempo extremo autocontrole, das *voceratrice* corsas talvez não seja essencialmente diferente do dos sonâmbulos que há duzentos anos ou mais vão caindo em paroxismos cuidadosamente ensaiados de histeria, récita após récita, nos teatros de ópera. De qualquer modo, a seguir às lamentações na casa do morto às escuras, iluminada apenas por uma vela, vinha o festim fúnebre. A despesa que os vivos faziam com esta refeição em prol da sua honra e da do morto que por vezes durava

diversos dias era tão grande que uma família que tivesse a infelicidade de sofrer vários óbitos ou ataques mortais seguidos, talvez por causa de uma rixa de sangue, podia ficar arruinada. Vestiam luto por cinco ou mais anos; por morte do marido, as viúvas passavam a usar luto para o resto da sua vida. Não é pois de admirar que o vestido preto sem decote e o lenço preto para a cabeça, ou o fato preto de bombazina parecessem ser o traje nacional corso até bem dentro do século XX. Segundo relatos de antigos viajantes, emanava dessas figuras negras que andavam por toda a parte, nas ruas das aldeias e cidades e nos campos, uma aura de melancolia que mesmo nos dias mais luminosos pairava como uma sombra sobre o mundo verdejante da ilha e evocava os quadros de Poussin, por exemplo, sobre *A Degolação dos Inocentes* ou *A Morte de Germanicus*. A lembrança dos mortos nunca tinha fim. Todos os anos, nas casas corsas, pelo Dia de Finados, punham-lhes a mesa, pelo menos deixavam alguns bolos no parapeito das janelas, como se para os pássaros famintos do inverno, pois acreditavam que eles viriam a meio da noite comer qualquer coisa. Também deixavam à porta um alguidar com castanhas cozidas para os mendigos vagabundos que, na imaginação das populações sedentárias, representavam espíritos sem descanso. E como é sabido que os mortos têm cada vez mais frio, cuidavam de que o fogo na lareira não se apagasse até romper o dia. Tudo isto mostra tanto a preocupação profunda dos sobreviventes como o medo que não conseguiam aplacar, pois consideravam os mortos muitíssimo melindrosos, invejosos, vingativos, quezilentos e manhosos. Ao mínimo pretexto, a sua inveja abate-se de forma inevitável sobre os vivos. Não os viam como mortos para sempre longe, no além, mas como parentes em presença que simplesmente se encontram numa situação especial e formam, na *communità dei defunti*, uma espécie de comunidade solidária contra os que ainda não morreram. Cerca de um pé mais baixos do que eram em vida, vagueiam em bandos e em grupos, por vezes seguem pelas ruas, em regimentos organizados, atrás de uma bandeira. Ouviam-nos a conversar e a cochichar nas suas estranhas vozes de falsete,

embora ninguém percebesse o que diziam uns aos outros, exceto o nome de quem tencionavam ir buscar a seguir. Correm inúmeras histórias das suas aparições e dos meios de que se servem para anunciar a sua presença. Ainda num passado recente havia pessoas que tinham visto luzes pálidas sobre uma casa onde morrera alguém, ouvido um cão a uivar no momento errado, o ranger de uma carroça parada à porta depois da meia-noite ou tambores a tocar na escuridão do *maquis*. Lá fora, na vastidão que a mão do Homem quase não tocara ainda, era a morada dos exércitos dos mortos e de lá, completamente vestidos com as capas flutuantes da irmandade dos cadáveres ou com as fardas coloridas dos fuzileiros tombados nos campos de batalha de Wagram ou Waterloo, avançam para irem cobrar o quinhão de vida que almejam. Desde sempre lhes chamavam a *cumpagnia*, a *mumma* ou a *squadra d'Arozza* e pensava-se que pretendiam penetrar nas suas antigas casas ou mesmo nas igrejas para dizerem um rosário blasfemo por um novo recruta. Mas o número e a força dos esquadrões dos mortos, que de ano para ano eram cada vez maiores, não era a única coisa a temer, havia também certos espíritos sem descanso, a cismar na vingança, postados de tocaia nas bermas dos caminhos, surgindo subitamente de trás de um penedo ou mostrando-se nas ruas, sobretudo às horas más do dia, ao meio-dia, a hora em que costumam estar todos à mesa, ou depois de soarem as vésperas, quando as sombras pálidas, no curto espaço de tempo entre o ocaso e o cair da noite, tiram as cores à terra. E muitas vezes acontecia chegar uma pessoa do trabalho no campo e trazer a horripilante notícia de ter avistado no meio de nada, onde normalmente reconhecia pela postura e pelo andar alguém da sua aldeia ou da aldeia vizinha, um desconhecido encurvado, quando não a própria *fulcina*, a ceifeira, com a segadeira na mão. Dorothy Carington, que nos anos 50, passou longas temporadas na Córsega, conta que um tal Jean Cesari, que ela conheceu em Londres como homem culto e perfeitamente familiarizado com os princípios do pensamento científico e mais tarde a instruiu nos mistérios da sua Córsega natal, estava firmemente convencido da existência real de

fantasmas, até jurava pela luz dos seus olhos tê-los visto e ouvido. À pergunta sobre qual a forma em que os fantasmas apareciam e se se podia encontrar entre eles amigos e parentes falecidos, Casari respondeu que à primeira vista pareciam pessoas normais, mas assim que se olhava melhor, as suas caras esbatiam-se e os contornos tornavam-se confusos, como os rostos dos atores num filme antigo. Outras vezes apenas o tronco se definia, o resto parecia uma nuvem de fumo. Ainda nas décadas que se seguiram à última guerra, para além destas histórias, tradicionais também noutras culturas populares, havia na Córsega a crença generalizada de que certas pessoas especiais estavam de certo modo ao serviço dos mortos. A estes *culpa morti*, *acciatori* ou *mazzeri*, como lhes chamavam, tanto homens como mulheres que, garantidamente, vinham de todas as camadas da população e exteriormente não diferiam dos demais membros da comunidade, era atribuída a faculdade de saírem de noite para poderem ir à caça, deixando os seus corpos em casa. Diz-se que, sob influência de uma força que caía sobre eles como uma doença, se acoravam, no mais escuro da noite, junto a rios e nascentes, e ali estrangulavam qualquer animal, raposa ou lebre, que servisse para saciar a sua sede, e na fisionomia assim distorcida do animal, vítima dessa forma assassina de noctambulismo, reconhecia esta gente, a imagem de um habitante da sua aldeia, por vezes até um parente chegado que a partir desse momento temível estava condenado a morrer. O que está por trás desta superstição tão extraordinariamente bizarra que hoje não podemos sequer apreender e em que, como é óbvio, nunca a doutrina cristã tocou, é o conhecimento, que resulta de as famílias terem vivido em comum toda uma série infundável de experiências dolorosas, de um reino das sombras que penetra até em dias cheios de luz e onde, por meio de um ato de força perverso, é determinado o destino que viremos a encontrar. Mas aqueles a quem Dorothy Carrington chamava «caçadores de sonhos», os *acciatori*, hoje já quase extintos, não eram apenas fruto da imaginação movida por um profundo fatalismo; podemos também citá-los como prova da teoria psicológica de Freud, tão esclarecedora como difícil de provar:

para a mente inconsciente, é assassinado mesmo aquele que morre de morte natural. Lembro-me muito bem de quando, em criança, estive pela primeira vez junto de um caixão aberto, ter tido no peito a vaga sensação de que o meu avô, que ali jazia sobre aparas de madeira, fora vítima de uma vergonhosa injustiça que nenhum de nós, vivos, poderia remediar. E há já algum tempo que sei que, quanto mais se tiver de suportar do fardo de dor que provavelmente não foi imposto ao Homem por nada, mais fantasmas encontramos. Numa rua de Viena, no metro de Londres, numa receção dada pelo embaixador do México, num guarda das comportas do Ludwigskanal, em Bamberg, aqui ou acolá, sem contarmos, podemos encontrar um desses seres esbatidos e inoportunos, um tanto pequenos e míopes, como sempre me pareceu, mas curiosamente despertos e expectantes, que na cara trazem a expressão de uma raça que nos quer mal. Não há muito tempo, estava eu na fila para a caixa de um supermercado quando um homem de pele muito escura, quase da cor do carvão, se pôs na minha frente com uma mala de viagem grande e, como depois se viu, quase vazia, dentro da qual meteu, depois de pagar, o *Nescafé*, as bolachas e umas quantas outras coisas que tinha comprado. Provavelmente, só tinha chegado a Norwich na véspera, vindo do Zaire ou do Uganda para estudar, pensei eu, e esqueci-o, até que, ao fim dessa mesma tarde, as três filhas de um dos nossos amigos vieram bater-nos à porta e trazer a notícia de que o seu pai tinha morrido de madrugada de um grave ataque cardíaco. Ainda estão entre nós, os mortos, mas por vezes penso que em breve desaparecerão. Agora que atingimos um ponto em que o número dos que vivem na Terra duplicou no espaço de três décadas e com a próxima geração triplicará, já não temos que temer as hostes outrora avassaladoras dos mortos. Visivelmente, o seu significado está em recuo. Já não se fala de eterna saudade e de venerar os antepassados. Os mortos, pelo contrário, devem agora ser afastados tão depressa e tão radicalmente quanto possível. Quem já tiver estado num funeral em crematório, no momento em que o caixão entra na fornalha terá pensado que a maneira como agora nos despedimos dos mortos

se caracteriza por mal disfarçada mesquinhez e pressa. E os lugares para alojar os mortos tornam-se cada vez mais pequenos e muitas vezes, passados poucos anos, desafetados de novo. Para onde hão de ir os seus restos mortais, como tratá-los? É verdade que a procura é muita, mesmo no nosso país. Como não será então nas cidades que avançam inexoravelmente para um número de trinta milhões de habitantes! Para onde vão eles, os mortos de Buenos Aires e São Paulo, da Cidade do México, Lagos e Cairo, de Tóquio, Xangai e Bombaim? Um mínimo, talvez, para a cova fria. E quem se lembra deles, quem se há de lembrar? Recordar, guardar e conservar, escreveu Pierre Bertaux já há trinta anos sobre a mutação da Humanidade, só teve uma importância vital num tempo em que a densidade da população era baixa, poucos os produtos que fabricávamos e só o espaço era abundante. Não se podia prescindir de ninguém, mesmo depois de morto. Pelo contrário, nas sociedades urbanas do final do século XX, onde toda a gente é substituível de um momento para o outro e se torna excedentária assim que nasce, é necessário estar constantemente a atirar lastro borda fora, tudo o que de outro modo poderíamos recordar, a juventude, a infância, as origens, os avós e antepassados. Durante algum tempo haverá o sítio chamado «Memorial Grove» recentemente aberto na internet, onde podemos dar descanso eletrónico aos que nos são próximos e visitá-los. Mas também este *virtual cemetery* se dissolverá no éter e todo o passado se transformará numa massa informe, irreconhecível e muda. E com um presente sem memória, perante um futuro que o entendimento de cada um, por si só, não consegue abarcar, acabaremos por não encontrar na vida qualquer utilidade, ao menos por uns tempos, por não precisarmos de a visitar de vez em quando.